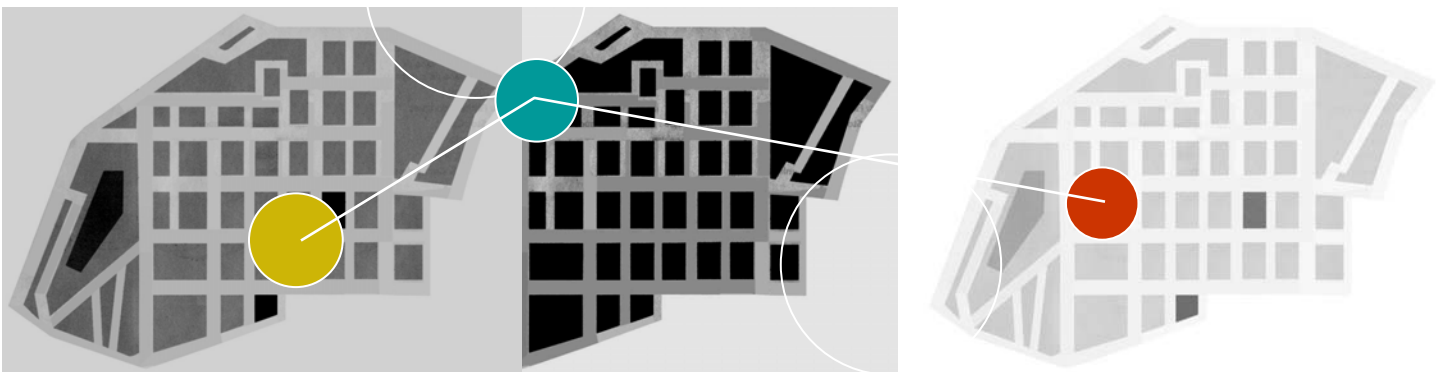




Cidades Inovadoras e Competitivas para o Desenvolvimento Sustentável

Breve Apresentação



PROGRAMA INTERREG IIIIC
ZONA SUL
Projecto n.º 3S0075I

ÍNDICE

0. INTRODUÇÃO.....	2
1. CONTEXTO: AS CIDADES COMO HABITATS DE INOVAÇÃO	2
2. OBJECTIVOS DO PROJECTO	3
3. ACTIVIDADES DO PROJECTO	11
4. PARCERIA DO PROJECTO	13
5. ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL NO PROJECTO	14

0. INTRODUÇÃO

O presente documento pretende apresentar uma síntese do projecto INTELLIGENT CITIES – “Cidades Inovadoras e Competitivas para o Desenvolvimento Sustentável”, aprovado no âmbito do Programa de Iniciativa Comunitária INTERREG III C – Zona Sul, sob a forma de “projecto individual” ao tema do “desenvolvimento urbano”.

Neste sentido, começa por apresentar o contexto da iniciativa centrado nas cidades como habitats de inovação, para passar a descrever os objectivos, actividades e parceiros do projecto. Por fim, é descrito o envolvimento institucional de outras entidades na iniciativa.

1. CONTEXTO: AS CIDADES COMO HABITATS DE INOVAÇÃO

O processo de globalização e a debilitação do plano nacional como unidade espacial de referência induziram as condições necessárias para a ascensão de novos territórios estratégicos – as regiões e as cidades. Assim, é cada vez mais reconhecido que estas escalas espaciais se tornaram importantes arenas de desenvolvimento e que os níveis sub-nacionais se traduzem nas unidades geográficas mais apropriadas para a emergência e afirmação da competitividade territorial.

O renascimento do papel das cidades implica o respectivo reconhecimento como habitats de excelência centrados no conhecimento e como espaços de criatividade, aprendizagem e inovação. Por exemplo, O’Sullivan, de acordo com Feldman e Audretsch (1999), diz-nos que nos EUA 70% da população vivia em áreas urbanas, mas 96% de todas as inovações de produto era oriunda das respectivas cidades. As dez cidades mais inovadoras do país produziam dois terços das inovações da nação com apenas um quarto da população nacional.

Além do mais, os sucessos e fracassos das cidades influenciam, decisivamente, os sucessos e fracassos dos países onde as mesmas se situam. Questões nacionais importantes como a competitividade económica, a qualidade de vida, o equilíbrio social, a capacidade de inovação e a sustentabilidade ambiental dependem da capacidade de reinvenção, design e governância das cidades e respectivos ambientes regionais (Fundación Metrópoli, 2004). As cidades lideram, assim, a competitividade económica, sendo que, segundo o 3º Relatório para a Coesão Económica e Social - “A New Partnership for Cohesion” (CE, 2004), os sistemas urbanos são os motores do desenvolvimento regional.

De acordo com “Competitive European Cities” (Office of the Deputy Prime Minister: London) de Janeiro de 2004, existem seis aspectos chave da competitividade urbana: diversidade económica, recursos humanos qualificados, conectividade interna e externa (física, electrónica e cultural), capacidade estratégica para mobilizar e implementar estratégias de desenvolvimento de longo prazo, inovação das empresas e organizações e qualidade de vida – social, cultural e ambiental.

O relatório analisa a competitividade de um amplo conjunto de cidades europeias como forma de efectuar a respectiva comparação com os centros urbanos britânicos, sendo que em relação ao PIB *per capita* (2001) sobressaem as cidades de Frankfurt, Karlsruhe e Paris. São ainda analisados outros indicadores como a capacidade de inovação (com base no “Innovation European Scoreboard”) onde se destacam Stockolm, Helsínquia e Munique ou a qualificação dos

recursos humanos onde se diferenciam as cidades da Europa do Norte, nomeadamente as germânicas. Foi além do mais observado o indicador de atractividade das cidades para o sector privado de acordo com o relatório de Healey & Baker (2003): as cidades de Londres e Paris são as melhores classificadas, seguindo-se Frankfurt e situando-se Barcelona e Madrid em 6º e 7º lugar, respectivamente.

Neste âmbito, têm vindo a ser desenvolvidas abordagens similares, nomeadamente o estudo de 2003 da GaWC – Globalization and World Cities Study Group, que realiza anualmente uma classificação de “cidades globais”, ou o relatório da LaSalle Investment Management (2003) que apresenta uma nova perspectiva para as “cidades mundiais ganhadoras”.

Para além da questão da competitividade, as cidades são os espaços com maior responsabilidade para contribuir para a prossecução da sustentabilidade global do planeta. Aliás, de acordo com a “Carta da Sustentabilidade das Cidades Europeias” (Aalborg, 1994), a cidade é a maior unidade com capacidade para gerir os numerosos desequilíbrios urbanos que afectam o mundo moderno: arquitectónicos, sociais, económicos, políticos, recursos naturais e ambientais, mas é também a menor unidade na qual se poderão resolver estes problemas, de uma forma eficaz, integrada, global e sustentável. Daí que se devam integrar os princípios da sustentabilidade em todas as políticas e fazer das especificidades de cada cidade a base de estratégias locais adequadas.

O conceito de cidade sustentável tem como objectivo fundamental o bem-estar da população de longo prazo, o que compreende a satisfação das suas necessidades económicas e materiais, mas também as de ordem cultural, social e ambiental, assentando em três princípios básicos: competitividade económica, justiça social e sustentabilidade ambiental.

Será ainda importante referir não só a importância das cidades propriamente ditas, mas a sua integração no território envolvente – o conceito de “city-region”. De facto, não é possível compreender a dinâmica de uma cidade sem entender a região e o sistema urbano-regional em que a mesma se integra. Aliás, de acordo com o referido relatório do Office of the Deputy Prime Minister do Reino Unido, as regiões ganhadoras integram habitualmente as cidades mais competitivas, sendo que, inversamente, não temos muitos exemplos de regiões bem sucedidas que detenham cidades não competitivas como âncora.

O relatório das Nações Unidas “World Urbanization Prospects – 2001 Revision” vem corroborar esta importância das cidades em termos quantitativos, afirmando que praticamente a globalidade do crescimento populacional esperado para o período 2000-2030 irá concentrar-se nas áreas urbanas. E, em 2007, 50% da população mundial assumir-se-á como população urbana, enquanto os restantes 50% viverão em centros rurais, facto que acontecerá pela primeira vez na história da humanidade. Este aumento da população urbana deriva quer do êxodo rural quer da expansão geográfica dos aglomerados urbanos e da transformação de comunidades rurais em cidades.

2. OBJECTIVOS DO PROJECTO

O presente projecto tem como objectivo essencial a preparação de uma estratégia para uma política de cidades (no conceito de “city region”) numa lógica de cooperação inter-regional, a ser testada em Portugal; em simultâneo com a definição de um dos seus instrumentos de intervenção específicos centrados no conhecimento – os “innovation hubs” (ou “tecnopolis”). Um “innovation

hub” traduz-se num espaço de excelência onde a ciência, a tecnologia e a inovação são colocados ao serviço da revitalização e desenvolvimento urbano sustentável das cidades.

Assim, o projecto divide-se em dois eixos essenciais interligados entre si: um eixo associado ao desenvolvimento de uma estratégia para uma política de cidades no sentido de uma estratégia de suporte à afirmação das cidades como habitats de inovação; e um eixo ligado à dinamização de um instrumento específico associado à implementação dessa estratégia com características inovadoras – os “innovation hubs”. Assim, vejamos:

a) Uma Estratégia para uma Política de Cidades

A definição de uma política de cidades ou de uma estratégia nacional para uma política de cidades afigura-se como essencial enquanto parte integrante da política de desenvolvimento regional. Factores de ordem nacional, regional e local, como a competitividade económica, a coesão social, a sustentabilidade ambiental, o desenvolvimento cultural e a qualidade de vida das populações dependem, de forma decisiva, do funcionamento das cidades e áreas metropolitanas, assim como das suas capacidades para se inserirem nas redes inter-regionais e transnacionais, europeias e mundiais, de inovação e desenvolvimento.

A preparação de uma estratégia nacional para uma política de cidades deverá constituir-se como um processo amplamente participado e poderá beneficiar de uma reflexão crítica sobre as experiências passadas e recentes de intervenções urbanas, bem como da análise das políticas e programas da União Europeia, das opções de desenvolvimento nacional e, ainda, de algumas iniciativas mais relevantes e inovadoras nesta matéria em termos europeus e internacionais.

De facto, a União Europeia tem lançado uma série de princípios orientadores e documentos de referência ao longo da última década ao nível de estratégias de desenvolvimento urbano, com destaque para o Livro Verde sobre Ambiente Urbano (CE, 1990), o Programa das Cidades Saudáveis (OMS) e a Declaração de Atenas (1990), o programa HABITAT (ONU) e o plano de acção Agenda HABITAT (1996), o projecto das Cidades Europeias Sustentáveis (CE), a Agenda Urbana da Comissão das Comunidades Europeias (1998) ou o EDEC – Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (CE, 1999).

A troca de experiências e conhecimento, assim como a transferência de instrumentos de política de desenvolvimento regional entre países e regiões numa lógica de efectiva cooperação inter-regional, será uma mais-valia fundamental para a construção de pistas para uma estratégia de política de cidades. Isto não só pelo benefício do contacto com iniciativas e projectos inovadores, mas pela potencialidade futura da inserção das cidades nas redes inter-regionais e transnacionais onde se opera a autêntica cooperação e competição em matéria de inovação e desenvolvimento.

Uma estratégia nacional para uma política de cidades, no sentido de uma estratégia de afirmação da competitividade das cidades como habitats de inovação, passará necessariamente pela análise de diversos princípios relevantes: planeamento estratégico e participado da cidade (o “projecto de cidade”); parceria/contratualização público-privada; marketing territorial; princípio da sustentabilidade; valorização das cidades médias; redes de cidades; integração territorial das cidades nas regiões envolventes, entre outros. Vejamos a título de exemplo:

Cidades Médias e Redes de Cidades

As cidades médias têm vindo a assumir uma importância determinante, não apenas pela sua dimensão demográfica e funcional, mas também pelo seu papel de âncoras das regiões envolventes contribuindo para a configuração de territórios mais equilibrados e assumindo a função de instrumentos de desenvolvimento regional. No entanto, continuam a ser demasiado pequenas para assegurarem o seu papel no sistema urbano e se afirmarem nacional e internacionalmente.

É por isso que, o desafio da inovação e da globalização exige às cidades e aos territórios a sua integração económica, social e cultural em “redes de cidades” com vocações funcionais iguais ou complementares. E. Costa (2000), afirma mesmo que a hierarquia urbana tradicional está a dar lugar a uma hierarquia de uma rede de cidades ou a um território em rede. De notar, no entanto, que de acordo com CE (2004), uma análise das redes de cooperação entre cidades indica a existência de uma forte rede de grandes metrópoles no centro da Europa mas a ausência de cooperação estratégica entre pequenas e médias cidades europeias.

Rede Espanhola de Cidades do CIDEU

Os processos de integração, de crescente interdependência e de abertura das economias acentuou, por um lado, as competências das cidades e territórios e, por outro, a necessidade de criar alianças e relações de complementaridade entre eles.

Um dos exemplos traduz-se na rede espanhola de cidades do CIDEU. Os membros da rede são o Ayuntamiento de Barcelona, a Diputación de Barcelona, o Plan Estratégico de Barcelona, o Ayuntamiento de Calvià, a Fundación CIEDES de Málaga, o Ayuntamiento de Sevilla, o Ayuntamiento de Valencia e o Ayuntamiento de Saragoza.

Os objectivos da rede pode ser definidos da seguinte forma:

- Criação de um espaço de confiança e de apoio político entre as cidades, com vista a dar impulso e continuidade aos processos de planeamento estratégico;
- Desenvolvimento do vínculo ibero-americano, através da afirmação do CIDEU como ponte de relações entre cidades espanholas e latino americanas;
- Captação conjunta de recursos e fortalecimento quer do CIDEU perante as autoridades espanholas quer das próprias cidades e seus planos perante os cidadãos;
- Impulso da relação entre cooperação e desenvolvimento e planeamento estratégico através da cooperação município – cidade. Uma opção de cooperação interessante será a transferência de melhores práticas e melhores modelos de governança e planeamento estratégico.

A questão das redes é também importante devido à ausência de dimensão crítica de grande parte das cidades. De facto, de acordo com o já referido relatório do Reino Unido de 2004, a dimensão é importante e os espaços mais amplos detêm frequentemente activos significativos em termos de infra-estruturas materiais e imateriais, o que lhes atribui maior potencial de atractividade e competitividade. E. Costa (2000) conclui também que as cidades bem posicionadas em termos de intermediação e sustentabilidade possuem uma dimensão diversificada, mas as que respondem de forma mais positiva aos parâmetros em análise são cidades com um limiar mínimo de 20.000 habitantes, valor necessário para a viabilidade económica e funcional dos equipamentos e serviços de apoio à produção, pessoais e sociais.

Planeamento Estratégico de Cidades

Cada cidade deverá assentar a sua competitividade no princípio do planeamento estratégico e participativo, ou seja, cada centro urbano deverá desenvolver uma visão estratégica integrada para a cidade (numa perspectiva de “city-region”), ou seja, um plano estratégico de cidade coerente e de médio-longo prazo baseado nas respectivas capacidades endógenas e potencialidades futuras. Esta estratégia de cidade deverá ser baseada em dois ou três projectos âncora ou mobilizadores do desenvolvimento urbano e regional.

As cidades como actores de desenvolvimento passam, assim, a ter preocupações relacionadas com a respectiva integração em sistemas urbanos, regionais, nacionais e internacionais. De notar, obviamente, que para além de um plano de cidade e de uma política regional, deverá existir a nível nacional uma política enquadradora para as regiões.

Estes planos estratégicos e projectos críticos de desenvolvimento devem ser amplamente participados pelos agentes locais e representantes de todos os membros da cidade e sistema regional de inovação. Conforme afirma A. Cidrais (1998), traduzem-se em autênticos instrumentos de identidade e cultura municipal, apelando à concertação institucional e ao envolvimento de toda a comunidade. Neste sentido, não se podem constituir como acções *top-down*, mas devem partir da participação conjunta das políticas públicas, sociedade civil e estratégias empresariais desde o início do processo como autênticos pactos territoriais para o desenvolvimento.

Plano Estratégico de Turim

Em Turim foi desenhado um “Plano Estratégico para a Promoção da Cidade” que contou com o envolvimento de cerca de 1.000 peritos nacionais e estrangeiros que discutiram o diagnóstico e linhas de desenvolvimento da cidade em mesas redondas, grupos de trabalho, debates, etc.

O plano estratégico aponta seis linhas de acção estratégica para o futuro da cidade, que se decompõem em 20 objectivos mais pormenorizados e 84 acções ou intervenções específicas. As linhas de acção estratégica podem descrever-se da seguinte forma:

- Uma melhor posição da cidade a nível internacional, conexões efectivas e a capacidade de competir ao mesmo nível que outras cidades de sucesso;
- A coordenação de uma nova forma de Governo para a Área Metropolitana num curto espaço de tempo;
- A focalização na investigação e na formação como recursos fundamentais para o desenvolvimento local e como criadores de uma nova imagem internacional para Turim;
- A passagem do conceito de “cidade do carro” para o de uma cidade conhecida pela sua competitividade nas áreas empresarial e tecnológica;
- Aproveitamento do facto da cidade contar com uma grande riqueza em termos de atracções históricas, artísticas e culturais para a promoção de Turim como destino para feiras e convenções;
- O desenvolvimento de uma cidade mais sustentável e amiga do ambiente e criação de uma maior coesão social.

O Plano Estratégico de Turim apresenta duas características que importa destacar. Por um lado, terminou com a assinatura de um “Pacto” por parte dos actores que têm uma participação activa na vida da cidade, comprometendo todos os agentes num processo partilhado e comum. Por outro lado, foi criada uma associação – a *Torino Internazionale* – com o objectivo de controlar e acompanhar a implementação dos projectos específicos propostos no Plano Estratégico de um ponto de vista social, ambiental e cultural.

O planeamento estratégico e os planos de cidade podem ser enriquecidos, segundo alguns autores, se neles for integrada a perspectiva do marketing territorial estratégico. De acordo com A. Cidrais (1998), o marketing territorial moderno inverte o raciocínio do planeamento, centrando-o nos processos de comunicação e nas necessidades, expectativas e comportamentos das pessoas e organizações. Segundo o referido relatório de Healey & Baker, as cidades mais efectivas a realizar a sua própria promoção são Barcelona, Madrid e Dublin, sendo que Barcelona e Madrid, seguidas de Berlim, são as que mais fazem para melhorar a sua performance.

No fundo, o que se pretende é elaborar e aplicar a título piloto, e numa lógica de cooperação inter-regional, uma estratégia de desenvolvimento das cidades como habitats de inovação, aprendizagem, criatividade e conhecimento.

b) “Innovation Hubs”: Um Instrumento de Política de Cidades

Desde há muito que diversos países têm vindo a estabelecer parques de ciência e tecnologia ou tecnopólos como parte de uma estratégia global de desenvolvimento económico. Citando Koh (2003), estes espaços têm sido criados com dois objectivos essenciais – em primeiro lugar, para desempenharem um papel de incubação, induzindo o crescimento de novas empresas de base tecnológica e facilitando a transferência de know-how universidade-indústria, em simultâneo com o estímulo ao desenvolvimento de novos produtos e processos; em segundo, para actuarem como catalizadores do desenvolvimento ou revitalização económica regional e para promoverem o crescimento económico.

Actualmente, começam a emergir novas abordagens ao fenómeno e novos conceitos que derivam de uma interacção entre a política de ciência e tecnologia, a política industrial, a política de desenvolvimento regional e, mais especificamente, a política de cidades – os “tecnopolis” ou “innovation hubs”.

Assim, um “innovation hub” pode ser definido como um ambiente de excelência onde convivem os sectores empresarial, de ciência e tecnologia, de ensino e formação e da sociedade civil com vista ao desenvolvimento estratégico e urbano da cidade e região envolvente. Desta forma, a ciência, a tecnologia e o conhecimento são colocados ao serviço da revitalização e desenvolvimento urbano sustentável. Vejamos três exemplos internacionais:

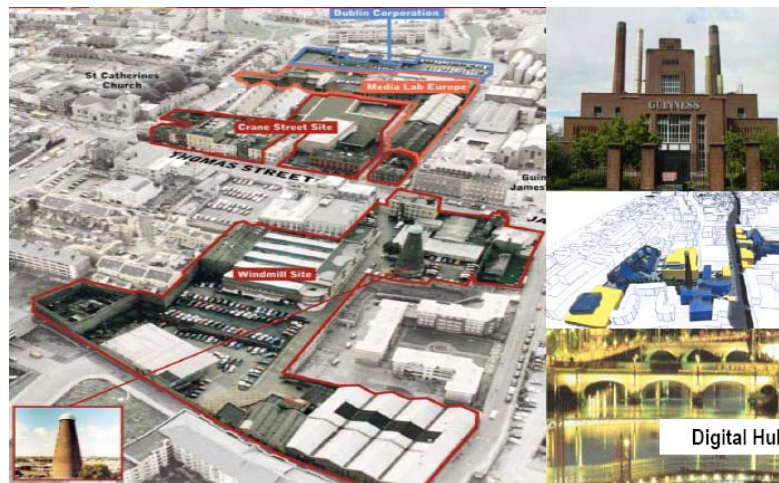
“The Digital Hub” – A Era Digital no Centro de Dublin

O “The Digital Hub” é uma iniciativa do Governo irlandês conducente à criação de uma área empresarial digital na cidade de Dublin. Para além do Governo, os parceiros do projecto são o “Dublin City Council”, a “Entreprise Ireland” e a “IDA Ireland”.

Os objectivos do “The Digital Hub” passam pela criação de uma infra-estrutura *state-of-the-art* de aglomeração de empresas líder da área digital, irlandesas ou internacionais; pela potenciação de interacções entre os sectores criativo, tecnológico, de investigação e desenvolvimento, de ensino e comunitário com vista à colaboração e obtenção de valor acrescentado; pela concepção e oferta de um ambiente de trabalho e de vida sustentável orientado para o benefício das comunidades empresariais e locais; pela oferta de um projecto baseado em investimento do sector público, em parcerias público-privadas e na participação da comunidade civil.

O “The Digital Hub” está situado numa área histórica da cidade de Dublin – Liberties/Coombe. Apesar de se constituir essencialmente como um projecto empresarial, a iniciativa traduz-se também num projecto de regeneração urbana pretendendo beneficiar toda a comunidade envolvente. Daí que se assuma como um “projecto de longo prazo que em 2010 pretende oferecer um espaço atractivo para viver, trabalhar e aprender no centro de uma cidade”.

O projecto será um espaço misto de desenvolvimento a nível empresarial, residencial, comercial, de ensino e aprendizagem. O “Media Lab Europe”, um centro de investigação, inovação e ensino parceiro do MIT, já se encontra instalado no “The Digital Hub”, para além de um conjunto de empresas da área digital (*e-learning*, *e-publishing*, desenvolvimento web, TV digital, multimedia, produção audiovisual, etc.).



“One North” – Um Espaço de I&D Multipolar em Singapura

O “One North” pretende contribuir para o desenvolvimento de Singapura como centro regional e global de I&D e inovação e ponte para a Ásia, através da afirmação de uma economia baseada no conhecimento.

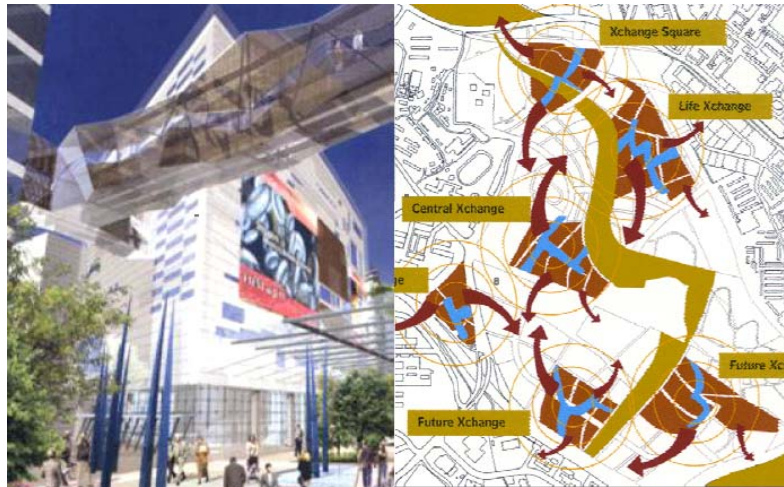
Neste sentido, o “One North” visa estabelecer parcerias estratégicas entre a investigação académica e a inovação do sector privado, traduzindo-se num autêntico “distrito de ciência e tecnologia” (Koh, 2003). As suas áreas de especialização são as ciências biomédicas, as tecnologias de informação e comunicação e as indústrias associadas aos media, assim como a exploração das sinergias entre os três *clusters*.

O projecto pretende constituir-se como um centro atractivo para “trabalhar, interagir, viver e aprender”, integrando um espaço de laboratórios e escritórios, áreas residenciais e hotéis, áreas de lazer e compras, uma moderna rede de transportes e um amplo parque central. Por outras palavras, visa traduzir-se num ambiente de investigação e desenvolvimento, comercial, residencial e criativo. A colaboração efectiva entre a “JTC Corporation” e a “Urban Redevelopment Corporation” induziu a existência de infra-estruturas flexíveis, contemplando a ocupação mista do espaço e um design inovador.

O “One North” localiza-se no centro de Singapura, próximo de parques científicos e tecnológicos (“Singapore Science Park”), de centros de investigação e desenvolvimento e universidades

(“National University of Singapore”; “The National University Hospital”; “Singapore Polytechnic”) e fazendo parte integrante da comunidade como um todo.

Este espaço apresenta três áreas distintas articuladas num espaço multipolar em rede: Central Xchange – FusionPolis & Media Hub, onde se localizam as indústrias associadas aos media e tecnologias de informação, quer multinacionais quer *start-ups*; Vista Xchange, onde se integra a área de escritórios, hotéis, lojas, eventos e lazer; Life Xchange – BioPolis, onde se situa o espaço das ciências biomédicas abarcando institutos de investigação públicos e empresas privadas, pretendendo afirmar-se como o destino dos investimentos da Ásia neste domínio. A construção destes espaços encontra-se escalonada no tempo, sendo o “One North” um projecto a 20 anos.



“22@bcn” – Um Distrito de Actividades em Barcelona

El Poblenou, o núcleo de industrialização espanhola durante o séc. XIX, pretende actualmente afirmar-se como a principal plataforma económica e tecnológica de Barcelona e da Catalunha. Para tal, o projecto 22@bcn vem contribuir para a cidade e a região envolvente intensificarem a sua especialização em actividades densas em conhecimento.

Promovido pelo Ajuntament de Barcelona através da sociedade privada municipal 22@bcn, S. A., a iniciativa centrou-se na renovação urbana das áreas industriais de Poblenou (as denominadas 22a do Plano Geral Metropolitano de 1976) e pela edificação de novos espaços potencialmente atractivos para actividades intensivas em conhecimento (os apelidados 22@). As actividades @ definem-se pela sua relação com o sector das tecnologias da informação e comunicação, assim como com as áreas da investigação, design, edição, cultura, multimedia, gestão de bases de dados e conhecimento.

Os espaços 22@ prevêem uma utilização mista dos solos de acordo com requisitos específicos: uso industrial, escritórios, comercial, residencial, infra-estruturas, infra-estruturas @ (formação, investigação, empresa). Isto, no âmbito de um novo conceito de qualificação urbanística do espaço.

O projecto contempla, assim, num horizonte de 15/20 anos, a transformação de 1.159.626 m² de solo industrial, com um potencial total de novas instalações de 3.500.000 m²; o reconhecimento das 4.614 habitações que existem actualmente em solo industrial; uma oferta de instalações para

nova actividade económica de 3.200.000 m²; uma nova oferta de habitações, em regime de protecção, de 4.000; um aumento das zonas verdes de 75.000 m²; a disponibilização de 145.000 m² de solo para desenvolver novas infra-estruturas; e a criação de 100.000 a 130.000 postos de trabalho, aproximadamente.



Apesar de três realidades distintas do ponto de vista político, económico, social e cultural, os projectos apresentados detêm traços comuns que importa destacar como forma de desenhar um conjunto de “melhores práticas”.

São projectos enquadrados numa visão estratégica para a cidade e região envolvente, não se traduzindo em iniciativas isoladas e pontuais em relação à trajectória de desenvolvimento do território.

São iniciativas especializadas em determinados *clusters* estratégicos ou actividades críticas para o desenvolvimento do território envolvente, como as tecnologias de informação e comunicação ou as ciências biomédicas.

São potenciais alvo de atracção de investimento directo estrangeiro estruturante nas suas áreas de especialização estratégicas, iniciativas que deverão conviver com as novas empresas de base tecnológica emergentes.

São espaços inseridos num ambiente de cidade, as mais das vezes apostando na valorização da parte histórica dos centros urbanos, onde a componente de qualificação urbanística assume uma importância decisiva. Privilegiam a dispersão dos recursos em rede em detrimento da concentração pesada e pouco flexível de infra-estruturas.

São habitats de interacção entre os sectores empresarial, de ciência e tecnologia, de ensino e formação e da comunidade civil, as mais das vezes geridos por autênticas parcerias público-privadas. Neste sentido, conjugam áreas comerciais, residenciais, empresariais, de lazer e de investigação e desenvolvimento.

São projectos de longo prazo – 15/20 anos – que exigem um planeamento estratégico e participado da comunidade e um grande empenho de todos os actores envolvidos por forma a garantir a respectiva sustentabilidade.

No fundo, são habitats de conhecimento e inovação no centro da cidade, onde se pode “viver,

interagir, trabalhar e aprender” em ambiente sustentável.

3. ACTIVIDADES DO PROJECTO

As actividades centrais do projecto podem ser divididas em cinco *workpackages* essenciais onde se concentram as tarefas a desenvolver no âmbito da iniciativa, a saber:

WP 1 – Coordenação e Gestão

O *workpackage* contempla todas as tarefas associadas à coordenação e gestão estratégica e operacional do projecto, abarcando o planeamento, a organização, o acompanhamento, a execução e o controlo/avaliação. Além do mais, integra quer a componente técnica-conceitual quer a componente administrativo-financeira de gestão do projecto.

WP 2 – Análise de “Boas Práticas” de Intervenções Urbanas Internacionais, Europeias e Nacionais

Neste *workpackage*, pretendem identificar-se “boas práticas” a nível internacional, europeu e nacional no que concerne a recomendações e opções políticas ou intervenções urbanas inovadoras. Neste sentido, integra a análise das recomendações internacionais e comunitárias em matéria de política de cidades e desenvolvimento regional; as opções nacionais em termos de desenvolvimento económico e espacial; assim como casos interessantes ao nível político ou operacional inovadores (ou seja, intervenções urbanas inovadoras) de âmbito internacional, europeu ou nacional.

Esta base de conhecimento será preciosa para o desenvolvimento de todo o projecto, nomeadamente em termos de conteúdo e processo para a definição de uma estratégia nacional de uma política de cidades.

As tarefas a integrar neste *workpackage* são:

Task 2.1. - Análise de recomendações internacionais acerca de desenvolvimento urbano e cidades

Task 2.2. - Análise de recomendações comunitárias acerca de desenvolvimento urbano e cidades

Task 2.3. – Princípios base de política de cidades e desenvolvimento urbano a nível nacional

Task 2.4. – Análise de intervenções urbanas internacionais, europeias e nacionais inovadoras

WP 3 – Definição de uma Estratégia Nacional para uma Política de Cidades

Neste *workpackage*, pretende-se definir uma estratégia nacional para uma política de cidades a testar em Portugal, numa lógica de cooperação inter-regional, no sentido de uma estratégia de desenvolvimento das cidades como habitats de inovação, aprendizagem, criatividade e conhecimento.

A abordagem desta questão será extremamente sensível quer do ponto de vista processual (metodologias, procedimentos, etc.) quer do ponto de vista de conteúdo (princípios orientadores, objectivos, acções, etc.).

Neste âmbito, será de tomar em consideração diversos temas críticos à escala urbana, regional e global, a saber: planeamento estratégico da cidade; partenariado/contratualização público-privada;

marketing territorial; princípio da sustentabilidade; valorização das cidades médias; redes de cidades; integração territorial das cidades nas regiões envolventes, entre outros.

As tarefas a integrar neste *workpackage* são:

Task 3.1. – Definição de princípios orientadores e domínios chave da política de cidades no contexto de casos internacionais inovadores

Task 3.2. – Definição de objectivos, acções e instrumentos da política de cidades

Task 3.3. – Definição do processo de participação e discussão pública das grandes linhas da política de cidades

Task 3.4. – Definição de um instrumento de monitorização e avaliação estratégica da política de cidades

WP 4 – Definição de um Instrumento de Suporte à Política de Cidades – “Innovation Hub”

Este *workpackage* contempla a definição de um conceito de ‘Innovation Hub’ enquanto um dos instrumentos da política de cidades onde a ciência, a tecnologia e a inovação são colocados ao serviço da revitalização e desenvolvimento urbano sustentável das cidades, como desenvolvimento e complemento das tradicionais abordagens aos “tecnopólos” ou “parques de ciência e tecnologia”.

Pretende-se conceptualizar um modelo inovador, aplicado a nível piloto à realidade portuguesa, em função das trajectórias de desenvolvimento globais, das opções de política nacionais e das oportunidades existentes no binómio território/especialização sectorial. Para tal, o ponto de partida serão casos europeus e internacionais conhecidos de onde se poderão retirar “boas práticas” como o “22@bcn” em Barcelona, o “The Digital Hub” em Dublin e o “One North” em Singapura que, apesar de realidades económica, institucional e culturalmente diferentes, apresentam traços comuns que importa explorar.

As tarefas a integrar neste *workpackage* são:

Task 4.1. – Identificação e análise de casos internacionais e europeus de “innovation hubs”

Task 4.2. – Estabelecimento de um conceito inovador de “innovation hub”

Task 4.3. – Análise de oportunidades no binómio território/especialização sectorial

Task 4.4. – Lançamento de linhas preliminares de um programa de “innovation hubs”

WP 5 – Divulgação de Resultados e Experiências Piloto

Neste *workpackage*, pretendem-se divulgar os resultados alcançados ao longo do projecto através da publicação de livros, relatórios, CD-ROMs ou brochuras e da realização de workshops, sessões de trabalho ou seminários acerca dos temas da política de cidades, inovação, desenvolvimento regional e urbano.

Além do mais, visam-se lançar preliminarmente algumas experiências piloto de intervenções urbanas inovadoras coerentes com os princípios da política de cidades definida e, eventualmente, com o instrumento “innovation hub”. Deverão traduzir-se em projectos com elevado conteúdo de inovação que partam de uma base de contratualização entre as autoridades locais, a

Administração Central e parcerias público-privadas pré-definidas.

A título de exemplo, pode ser definida uma cidade piloto para a realização de um plano estratégico participado ou pode ser induzida a criação de uma rede de cidades com objectivos específicos. Além do mais, pode ser proposta a criação de um “innovation hub” numa cidade ou anel de cidades associado a um perfil de especialização específico numa lógica de demonstração.

As tarefas a integrar neste *workpackage* são:

Task 5.1. – Publicação e disseminação de livros/relatórios e CD-ROMs

Task 5.2. – Realização de seminários e workshops de divulgação

Task 5.3. – Lançamento de experiências piloto

4. PARCERIA DO PROJECTO

A parceria inerente ao projecto é composta pelas seguintes entidades:

a) **GEP-MCALHDR – Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional** (Portugal): O GEP é o serviço central de coordenação e apoio técnico ao Ministro das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional em matéria de desenvolvimento regional, planeamento e programação, nos domínios das políticas de cidades e ordenamento do território, cabendo-lhe designadamente colaborar na concepção, acompanhamento e avaliação dos planos nacionais e regionais de desenvolvimento. (Agora **GEP – Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional**).

b) **DGOTDU – Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano** (Portugal): A DGOTDU é um serviço central do Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional (agora Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional) que prossegue, coordena e presta apoio técnico e normativo nas áreas de ordenamento do território e de desenvolvimento urbano. Tem como objectivos a elaboração de estudos na área do desenvolvimento do território; a promoção da elaboração de planos; o fomento e execução de programas e projectos de consolidação do sistema urbano e a recolha de dados estatísticos para definição actualizada de indicadores em termos de ordenamento do território.

c) **INTELI – Inteligência em Inovação, Centro de Inovação** (Portugal): A INTELI traduz-se num *think tank*, operando como uma parceria público-privada para a inovação na interacção entre as políticas públicas e as estratégias empresariais. A esfera estratégica de intervenção da instituição centra-se na gestão de tecnologia e inovação, prendendo-se as suas áreas de actuação com a concepção e avaliação de políticas industriais, tecnológicas, de inovação e desenvolvimento regional (*policy*), com a geração e difusão de informação estratégica (*intelligence*) e com o fornecimento de soluções integradas de conhecimento a todos os actores que operam no sistema nacional de inovação. Tem desenvolvido vários projectos na área de desenvolvimento regional e, mais especificamente, de diagnóstico e avaliação de tecnopólos.

d) **Fundación Metròpoli** (Espanha): A Fundación Metròpoli tem como missão essencial contribuir

para a inovação e desenvolvimento das cidades e regiões numa perspectiva internacional. Um dos seus principais projectos denomina-se CITIES e traduz-se num esforço conjunto, centrado em vinte cidades, que procura a identificação das vantagens competitivas de cada cidade participante, com vista à apresentação das principais inovações urbanas com impacto na estrutura da “city region”. A metodologia utilizada baseia-se na identificação dos “clusters de excelência” de cada cidade conducentes à construção de uma visão estratégica e à selecção de um conjunto de projectos urbanos críticos.

e) **INTA – International Association of Urban Development** (Holanda): A INTA é uma organização sem fins lucrativos sediada em Haia, na Holanda, pilar de uma rede internacional que promove a partilha de informação, experiências e melhores práticas sobre questões relacionadas com o desenvolvimento e a revitalização de meios urbanos. A instituição tem as suas actividades agrupadas em cinco áreas de trabalho: desenvolvimento urbano, promoção económica, governança urbana, serviços urbanos e mobilidade e, ainda, inclusão social e cultural.

f) **University of Cardiff – Cardiff School of City and Regional Planning** (Wales – Reino Unido): A “Cardiff School of City and Regional Planning” traduz-se num centro de excelência em investigação e ensino associada ao planeamento e gestão de cidades e regiões. Neste sentido, trabalha em grupos centrados nas seguintes temáticas: ambiente, habitação, planeamento, análise espacial, governança urbana e regional.

5. ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL NO PROJECTO

Em termos de envolvimento institucional no projecto extra-parceria, prevê-se a constituição de três órgãos de apoio, para além do “Comité de Pilotage” (*Steering Committee*):

a) *Conselho Científico*: que apoiará a equipa de projecto em termos técnico-científicos e será integrado por membros de universidades ou outros peritos nacionais ou internacionais com competências na matéria.

b) *Conselho Consultivo*: que funcionará como entidade consultiva da equipa de projecto e será integrada pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional das Cinco NUTS II portuguesas: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve e, eventualmente, por Governos Regionais/Locais das outras regiões parceiras.

c) *Comissão de Acompanhamento*: que servirá de órgão de acompanhamento dos trabalhos, lançando o debate em torno dos resultados e promovendo o envolvimento da comunidade. Será integrada pelos actores regionais/locais.